



03/07 - 17:58

Carreira não regulamentada: fazer ou não faculdade?

Especialistas debatem valor da graduação para a vida profissional Thais Sant'Ana

No último mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista. Em sua declaração, o ministro Gilmar Mendes defendeu a decisão e alertou para o fato de que outros diplomas devem cair. “Outras profissões que não precisam de aporte científico-técnico específico para serem exercidas também não devem ser regulamentadas”, disse ele.

De acordo com a coordenadora do Serviço de Orientação Profissional do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Maria da Conceição Uvaldo, não é essa decisão que vai mudar a cultura brasileira de curso superior. “Quando o jovem decide o que quer ser, ele vai atrás da faculdade, independentemente do curso ser ou não regulamentado”, diz.

A coordenadora acrescenta que, mesmo com a tendência à desregulamentação, no futuro, a preferência vai ser dada àqueles que se formaram e não aqueles que assumiram a carreira por experiência.

Ela acredita que devem ser abertos alguns espaços para pessoas de fora da área, mas poucos. “O curso superior, até pela sua origem elitizada, vai ser supervalorizado no nosso país por muito tempo”, diz. “Então, a melhor opção para quem escolhe uma carreira que não é regulamentada ainda é fazer o curso superior (quando ele existir).”

Na opinião dela, isso pode não ser o ideal. Maria da Conceição lembra o modelo de outros países, principalmente os da Europa, onde a realidade é outra. “Lá, a maioria dos cursos superiores não é regulamentada. Na verdade, nem há tantas opções de faculdades como aqui. Isso faz com que um curso técnico específico já valide a escolha da pessoa por uma carreira, e mais, já garante a ela mercado de trabalho”, explica.

Em longo prazo, a coordenadora acredita que o perfil de nosso país pode mudar e a inserção nas carreiras possa acontecer por experiência ou até pela capacitação em cursos técnicos direcionados.

Já quando se transita para uma carreira não regulamentada, Maria da Conceição acredita

que o trâmite é mais fácil. “Isso acontecia muito quando o jornalismo era regulamentado, por exemplo. A pessoa fazia o curso e depois ia para publicidade, que não é regulamentada”, afirma ela.

Nem um, nem outro – Já **a professora da Pós-Graduação em Liderança e Gestão de Pessoas da ESPM, Adriana Gomes**, acredita que a regulamentação da profissão está mais ligada as questões legislativas do que qualquer outra coisa.

“Uma carreira regulamentada garante ao profissional um órgão (um Conselho federal ou regional) que luta por seus direitos, como o piso salarial. É ainda uma garantia para a sociedade de que o profissional segue determinadas regras e procedimentos”, diz ela.

Mas a professora garante que não é isso que vai determinar a escolha por um curso regulamentado ou não. “Para o profissional ser reconhecido na sua área, precisa se especializar naquilo, com cursos e estudos, ter experiência e mostrar seu valor para a sociedade”, diz.

De acordo com Adriana, as profissões surgem mais rápido do que as estruturas formais acadêmicas, portanto, é natural que existam profissionais prontos sem cursos regulamentados. “Isso não vai fazer com que eles não trabalhem, nem com que os empregadores deixem de contratar”, conta.

Para ela, o importante mesmo é que a escolha seja feita com sensatez e muita pesquisa. A partir daí, independentemente da regulamentação ou não da carreira, quem vai trilhar o próprio caminho é o profissional. “Ele pode batalhar pela regulamentação de sua área, ou se defender sozinho, não é isso que influencia no seu reconhecimento”, lembra Adriana.